

BOLETIM 150

Brasília, 24 de junho de 2016

Comissão aprova saque do FGTS para compra de lote popular para residência

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que autoriza saque da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de lote popular de uso residencial. A medida está prevista no Projeto de Lei 465/99, do ex-deputado Geraldo Magela (PT-DF).

O projeto recebeu parecer favorável de todas as comissões de mérito da Câmara e foi enviado ao Senado Federal em 2002. Aquela Casa aprovou o texto original, mas sugeriu alterações na forma de substitutivo.

A versão aprovada no Senado estabelece requisito de três anos de trabalho, sob o regime do FGTS, para que o empregado possa movimentar o dinheiro.

O texto também limita a área do lote popular até 250 m², o que já constava em emenda feita pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. No projeto original, não havia tal limitação.

Financiamento educacional - Além disso, a nova versão permite que o FGTS seja movimentado para quitar financiamento educacional e habitacional. No caso do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a amortização seria limitada a 70% do valor de cada parcela e ao saque total de no máximo 30% do saldo da conta.



O relator da matéria no colegiado, deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) foi favorável à aprovação do texto do Senado. Entretanto, retirou a possibilidade de uso do FGTS para quitação de financiamento educacional.

Tramitação - Como foi modificada no Senado, a proposta volta a passar pela análise das comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e CCI antes de ser votado em plenário.

Fonte: Agência CÂMARA

Presidente da CONTRICOM participa de reunião na FETICOM-GO/TO/DF

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa - Mazinho participa, hoje, em Goiás, de reunião da Diretoria e do Conselho Fiscal da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (FETICOM), presidida pelo companheiro Patrocínio Braz Concentino, ocasião em que serão discutidos assuntos de interesse dos trabalhadores da região.

Comissão aprova uso de fundo para pagar parcela de imóvel de trabalhador com redução salarial

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou na quarta-feira (15) o Projeto de Lei 2860/15, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), que garante o pagamento de parcelas de imóvel do Minha Casa, Minha Vida para trabalhadores com redução salarial pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O recurso repassado à Caixa Econômica virá do Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab).

A Lei do Minha Casa, Minha Vida (11.977/09) já prevê o pagamento de mensalidade do Minha Casa, Minha Vida pelo fundo em caso de desemprego ou redução de capacidade de pagamento para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650.

Para o relator na comissão, deputado Angelim (PT-AC), estender a cobertura do fundo aos empregados afetados pelo PPE é uma medida oportuna. “A proposta evita inadimplência e a eventual retomada dos imóveis, poupando as famílias de um fator de insegurança, justamente quando a economia do País enfrenta inúmeros percalços.” Para Angelim, o benefício não abrangerá um número elevado de mutuários.

O PPE, instituído pela Lei 13.189/15 (fruto da Medida Provisória 580/15), permite às empresas em dificuldade financeira reduzirem a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%, contanto que não sejam demitidos sem justa causa. O governo federal

pagará até metade da parcela do salário que o trabalhador deixar de receber, limitada a 65% (R\$ 900,85) do teto do seguro-desemprego (atualmente em R\$ 1.385,91).

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência CÂMARA



Senador critica ajuste fiscal e redução dos direitos trabalhistas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) (*foto*) disse nesta quinta-feira (23), em pronunciamento, apoiar todas as operações que têm como objetivo combater a corrupção no país, mas alertou que alguns setores se aproveitam da crise para impor ao governo interino uma política "entreguista", que coloca em xeque a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores.



Ele também voltou a afirmar sua posição contrária ao impeachment, mas favorável à convocação de um plebiscito, para que a sociedade decida sobre o futuro do país.

Para Requião, o governo interino vai fazer o ajuste fiscal com o sacrifício das classes mais pobres, sem, na verdade, rever os privilégios, salários e mordomias das classes dominantes.

Para mostrar isso, ele citou medidas propostas, como a limitação do aumento dos gastos públicos, que, na sua visão, vai prejudicar ainda mais setores já carentes de investimentos públicos, como a saúde, a educação e a moradia popular, por exemplo.

Outra medida que o governo interino de Michel Temer deve propor, apontou Requião, é a limitação das dívidas das estatais, como Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Isso, na opinião dele, nada mais é do que a privatização dessas companhias.

O senador destacou que a pior de todas as medidas é a que privilegia as negociações coletivas de trabalho, em detrimento da legislação trabalhista. Ele alertou que, se isso acontecer de fato, os trabalhadores, em tempos de crise, aceitarão qualquer acordo, mesmo que prejudicial, para manterem os seus empregos.

— Tudo o que está na legislação pode se transformar em letra morta se patrões e empregados acordarem suspender as férias, acabar com o descanso remunerado, cancelar o pagamento do décimo-terceiro salário, aumentar a jornada, diminuir o salário, suspender o depósito do fundo de garantia, cancelar o vale-transporte, eliminar o vale-refeição e assim por diante — frisou.

Fonte: Agência SENADO

Trabalhadores da construção podem entrar em greve em Cuiabá e região

Os mais de 30 mil trabalhadores da construção civil de Cuiabá e região metropolitana poderão deflagrar greve por tempo indeterminado a partir do dia 8 de julho no estado do Mato Grosso. De acordo com a Federação dos Trabalhadores nas Industrias do Estado do Mato Grosso (FETIEMT), a categoria repudiou a proposta de reajuste salarial do sindicato patronal, o Sinduscon (Sindicato das Indústrias Civil do Estado de Mato Grosso), de 6,4 % em duas vezes, sendo uma no salário de julho, retroativo a maio; e outra em novembro.

Segundo a entidade, o percentual de 6,4% é inferior ao da inflação prevista para o do período, de 9,8%, “e ainda parcelou o débito” destaca a entidade. Os trabalhadores da construção reivindicam um reajuste de 11,57%. Além dos trabalhadores da construção Civil de Cuiabá, a federação informou que a mobilização envolve sindicatos de trabalhadores da construção e mobiliário de todo o Estado, exceto região sul.

CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, manifestou sua “solidariedade à luta dos trabalhadores de Cuiabá e região”, ressaltando que, “nesse momento em que o desemprego ameaça nossos operários, mais do que nunca nossa Confederação estará apoiando a defesa do poder aquisitivo dos salários”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Ministro quer privatizar estatais para “socorrer” estados

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (*foto*), disse que o governo interino defende privatizações e ajustes por 24 meses como contrapartidas à renegociação das dívidas dos estados com a União, com moratória de seis meses e pagamentos inferiores escalonados por dois anos.

Segundo Meirelles, o governo do Estado do Rio de Janeiro já concordou em privatizar a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), que teve um faturamento de R\$ 4,1 bilhões em 2015. O governo de Goiás também já concordou com a privatização da Celg, distribuidora de energia.

O governo interino de Temer exige que o processo de privatização das estatais estaduais seja conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O BNDES já está trabalhando intensamente nisso [na privatização da Cedae]”, afirmou.

Segundo a assessoria do governador interino do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, não há definição sobre a venda da Cedae. O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Marco Capute, declarou que é um “despropósito” falar em privatização da Cedae.

Já o BNDES, segundo o jornal O Valor, confirmou que vai tratar do assunto. o banco respondeu que “está apoiando o Estado do Rio de Janeiro na estruturação de um projeto de concessão dos serviços de esgotamento sanitário na região metropolitana”.

Salários - Na negociação com o governo interino, foi imposta aos estados, além da venda de ativos, a correção das despesas públicas limitada à inflação do ano anterior e a não concessão de aumentos reais dos salários do funcionalismo público, por dois anos, mesmo que a proposta de emenda à Constituição (PEC) não seja aprovada pelo Congresso Nacional. A Constituição estabelece reajuste anual dos vencimentos dos servidores. “Não podemos impedir o que está previsto na Constituição, mas o fato é que, com essa regra, o crescimento real dessa despesa será zero”, frisou.

De acordo com Meirelles, a obrigação do limite das despesas públicas dos governos estaduais constará em projeto e no contrato do acordo de renegociação das dívidas: “O gasto da União evidentemente vai depender da aprovação da emenda constitucional. Mas a dos estados vai constar do contrato e do projeto de lei”.

Conforme o governo interino, com a renegociação da dívida, deixará de receber dos estados R\$ 50 bilhões. Mas isso não significa o perdão desse valor, que será cobrado mais adiante.



Ele disse que a reforma da Previdência que o governo interino vai propor terá dois pontos básicos: o estabelecimento de uma idade mínima (65 anos) para a aposentadoria e uma regra de transição. “O ponto focal é a questão da idade mínima e a regra de transição”.

Sobre a recessão, Meirelles asseverou que a causa é a desconfiança geral sobre a dívida pública, que “cria medo no consumidor, nas empresas, e se cria um círculo negativo”. A solução, disse, é a questão fiscal: “Por isso precisamos de medidas de logo prazo, porque de curto não resolve. Se problema fiscal tiver trajetória que dê mais confiança, a taxa de juros pode começar a cair e a dívida ficar mais controlada, o que aumenta a confiança e reverte esse círculo vicioso para um virtuoso”, sublinhou. Sobre os juros cavaleares e o corte de investimentos, as verdadeiras causas da recessão, que já beira à depressão, nenhuma palavra.

O ministro interino do Planejamento, Dyogo de Oliveira, também falou sobre a privatização de estatais estaduais. Ele esclareceu que os estados não precisam de autorização do governo federal para a venda de estatais: “Isso [venda de estatal] é uma decisão que cabe a cada governador apresentar, dentro do processo de negociação, os ativos para serem privatizados como forma de redução do estoque da dívida”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Seade: SP perde 565 mil empregos no 1º trimestre na comparação com o mesmo período de 2016

Só a construção civil fechou 81 mil vagas no período

O estado de São Paulo, que concentra mais de 30% do total de empregos com carteira assinada do país, perdeu 565,2 mil postos de trabalho no primeiro trimestre de 2016 em comparação com o mesmo período do ano passado, informou a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). A retração representa uma queda de 4,4% no estoque de empregos formais do estado.

A indústria de transformação foi o segmento responsável pela maior parte dos postos eliminados, com redução de 225,3 mil empregos com carteira assinada, um recuo de 8,7% sobre o mesmo período de 2015. Neste grupo, a indústria metal-mecânica deu a maior contribuição: corte de 126,8 mil empregos nos primeiros três meses do ano, o que representa retração de 12,7%.

Construção - A construção civil fechou 81 mil vagas no período (-10,3%) e o setor de serviços, 167,6 mil empregos (-2,7%).

A região metropolitana da capital São Paulo, que concentra 52,9% do mercado de trabalho paulista, foi responsável pelo fechamento de 311,5 mil empregos – queda de 4,6% sobre o nível de emprego de um ano atrás.



Mais uma vez, foi o setor produtivo que mais sentiu os efeitos da crise e do desemprego, recuando 9,3% em relação a 2015, com a eliminação de 94,4 mil postos. A construção civil, em seguida, desempregou 49,4 mil trabalhadores na Grande São Paulo, uma queda de 10,6%.

Polícia Federal diz que Samarco conhecia o risco de tragédia em Mariana

A Polícia Federal afirmou, na conclusão do inquérito sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em Minas Gerais, que a direção da Samarco sabia dos riscos de rompimento da barragem pelo menos três anos antes do ocorrido. Segundo a PF, acionistas da Samarco cogitaram, em 2012, remover a população do distrito de Bento Rodrigues, devido ao risco da ocorrência de uma tragédia.

Construção - As irregularidades, apontadas pela PF durante as investigações, começam na construção da barragem, que foi feita com materiais diferentes do projeto inicial, e vão até seu rompimento. Segundo o delegado, Roger Lima Moura, na construção “para as galerias de drenagem, onde estava previsto brita e rocha, usaram restos de minério fino e estéril. Essa galeria, depois, acabou cedendo. Teve de ser tamponada”.

No relatório também foram inclusos áudios de conversas telefônicas e trocas de email do sistema de comunicação interna da Samarco. O então diretor de Operações, Kléber Terra, alertou que, no caso de uma ruptura, o fluído “viraria uma

pasta e alcançaria a comunidade”, que estava a menos de 2 km de distância do reservatório.

Para Moura, “eles sabiam do risco de que Bento Rodrigues poderia ser atingido. Temos inclusive documentos internos e conversas falando se iria ou não levar os estudos para o licenciamento ambiental”.

A barragem de Fundão começou a operar em dezembro de 2008, e em 2011, o então presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, falou sobre a ameaça que a barragem representava ao distrito, e que a equipe deveria apresentar “algo que corrobore com uma baixa probabilidade de um evento”. Também diz ser mais fácil criar outra barragem do que investir em um material necessário para Fundão. No entanto, a barragem sofreu repetidos “alteamentos” durante os últimos anos.

Em 2012, conversas mostram que a direção da empresa cogitou remover os moradores de Bento Rodrigues, com medo de uma provável ruptura da barragem de Fundão. Neles, Kleber Terra, afirma ao gerente geral de projetos da época, Germano Lopes, que “acionistas querem tirar Bento de qualquer jeito”, e que achava “que a turma [acionistas] tá superestimando os danos com as estruturas atuais”.

Lopes responde que os estudos de ruptura da barragem não deveriam ser inclusos em um pedido de licenciamento ambiental, “a menos que sejamos obrigados por força da lei”.

Para a polícia, a Samarco tentou “esconder os possíveis danos que tinham conhecimento que poderiam acontecer a Bento Rodrigues, para obter o licenciamento”.

VALE - Nos dias 23 e 24 de novembro e 3 de dezembro, técnicos do Departamento Nacional



de Produção Mineral (DNPM) fizeram vistorias na barragem do Fundão e na mina da Vale, que ficava ao lado da barragem. Nestas visitas os funcionários do DNPM relataram que a Vale “não poupou esforços para dificultar” as fiscalizações.

Na investigação a PF apurou que a Samarco avaliava documentos e locais antes, para saber se eles poderiam ser periciados, atrapalhando as investigações, e que a Vale determinava à Samarco a quantidade de rejeitos da Vale que seriam declarados.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Petroleiros detêm votação do PL que exclui Petrobrás do pré-sal

Petroleiros da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e da Federação Única dos Petroleiros (FUP) ocuparam a sessão da Câmara dos Deputados, na terça-feira, 21, e conseguiram adiar a votação do PL 4567/16, que retira a Petrobras como operadora única do pré-sal e elimina a participação mínima de 30% na estatal nos campos licitados.

O projeto, de autoria do então senador José Serra, estava em pauta na Comissão Especial da Câmara. Mesmo sem quorum, o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES) tentou manter a votação do relatório do projeto, mas com a mobilização dos petroleiros, a votação foi adiada para a próxima semana. O relatório, do deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA), referenda na íntegra a proposta

de Serra, que atualmente compõe o ministério do governo Temer.

“Com nossa pressão, conseguimos barrar mais uma manobra para conseguirem a todo custo aprovar a entrega dos nossos recursos naturais, do nosso pré-sal. Vamos manter a mobilização aqui em Brasília em defesa da Petrobrás e do pré-sal brasileiro”, relatou Leonardo Urpia, dirigente da FUP.

O projeto foi aprovado no Senado e enviado à Câmara em fevereiro. Na época, o secretário-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, considerou a aprovação “um desastre para o país”, e destacou que a alteração foi negociada pelo governo federal, sem esgotar a participação dos parlamentares da base no Senado, que poderiam impedir a aprovação.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)